



DOCUMENTO OFICIAL

Associação Brasileira de Enfermagem

Declarada de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 31.417/52. DOU 11/09/52

DOCUMENTO FINAL DO 4º SITEen: Carta de Salvador

AÇÃO POLÍTICA CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM ENFERMAGEM

Apresentação

O 4º Seminário Internacional sobre Trabalho em Enfermagem (SITEen), promovido pela Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e realizado pela ABEn Seção Bahia, em Salvador, abordou o tema Precarização do Trabalho em Enfermagem e envolveu aproximadamente 350 participantes, que, no dia 25 de abril de 2015, aprovaram o presente Documento em Sessão Plenária de Encerramento.

A ABEn vem a público divulgá-lo, ao mesmo tempo em que solicita apoio do Ministério Público do Trabalho, sindicatos, gestores de instituições de saúde e trabalhadores dos diversos serviços de saúde e educação para tomada de providências aos encaminhamentos nela postulados.

AÇÃO POLÍTICA CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM ENFERMAGEM

Introdução

Na sociedade contemporânea, a precarização do trabalho, fenômeno que se aprofunda desde a década de 1970 e que se expandiu com a mundialização do capital e da economia, baseia-se na disseminação da insegurança entre os trabalhadores e trabalhadoras, levando-os a crer que ter um emprego, sob qualquer condição, é um privilégio e, assim sendo, este deve ser mantido a qualquer custo (Bourdieu, 1998).

A precarização se releva como um fenômeno complexo, com diversos determinantes, mas com consequências bem visíveis: perda de direitos trabalhistas e sociais; ampliação da terceirização e flexibilização das relações de trabalho como estratégias centrais para exploração do trabalhador; disseminação de formas precárias de trabalho e emprego; vulnerabilidade social e política dos sindicatos e dos trabalhadores e trabalhadoras; aumento da exploração da força de trabalho, como baixos salários e jornadas intensas; recuo do papel do Estado como provedor da proteção social e regulador do mercado de trabalho; mudanças da legislação trabalhista e previdenciária, reduzindo ou abolindo direitos conquistados (Thébaud-Mony; Druck, 2007).

Embora seja um fenômeno difuso, a precarização do trabalho não atinge a todos os trabalhadores e trabalhadoras de forma igualitária, dado que os grupos mais vulneráveis são mulheres, jovens e pessoas de cor preta. Quanto aos setores atingidos por esse fenômeno, no Brasil, a adoção crescente de medidas políticas neoliberais, que favorecem e ampliam a precarização do trabalho, tem repercutido fortemente no setor de prestação de serviços, como o da saúde, levando a transformações no trabalho das distintas categorias profissionais e no trabalho coletivo em saúde.

Tais transformações repercutem no campo da enfermagem provocando mudanças na organização do trabalho e na organização política das trabalhadoras e trabalhadores. Exercido majoritariamente por mulheres, o trabalho em enfermagem está submetido a todas as consequências da precarização e tem características particulares: é profundamente dividido social e tecnicamente entre trabalhadoras e trabalhadores com formação diferenciada, porém com práticas igualadas no cotidiano das organizações de saúde, e é exercido em diversos espaços das organizações assegurando a continuidade da atenção à saúde.

Baixos salários, jornadas intensas, diversos vínculos e formas distintas de inserção no mercado de trabalho (terceirizadas, trainees, estagiárias, vínculo civil público, celetistas, cooperativadas, prestação de serviço com tempo determinado, etc.), subdimensionamento de pessoal, adoecimentos constantes, frágil organização política, acirramento da competição entre trabalhadores e trabalhadoras, pouca capacidade de articulação e reivindicação, são as consequências mais visíveis da precarização no campo da enfermagem.

Essas consequências conduzem a outras de natureza subjetiva, como a não satisfação das trabalhadoras com seu trabalho, aprofundamento da alienação, fragilização da solidariedade entre as trabalhadoras e trabalhadores e a sensação de estar à deriva (Sennett, 2007).

Também os usuários do sistema e dos serviços de saúde são afetados pelas condições precárias de trabalho no campo da enfermagem, dado que recebem assistência sem a utilização de materiais ou equipamentos adequados, com trabalhadoras e trabalhadores submetidos a jornadas intensas e extensas e com baixos salários e, assim, mais propensos a cometer erros e sem a garantia de que a sua necessidade de saúde será atendida quando for necessário. A resistência a este cenário depende de uma ação política das trabalhadoras e trabalhadores em enfermagem, articuladas com os demais trabalhadores brasileiros.

Atenta a essas transformações no mundo do trabalho e cumprindo o seu papel de entidade política de trabalhadoras e trabalhadores, a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) promoveu e realizou o 4º Seminário Internacional sobre o Trabalho em Enfermagem (4º SITEn) na cidade de Salvador/BA, no período de 23 a 25 de abril de 2015, em parceria com a Universidade Federal da Bahia/Escola de Enfermagem/Grupo de Pesquisa GERIR, o Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (Coren BA) e o Sindicato de Enfermeiras/os da Bahia (Seeb) com o tema central “Precarização do Trabalho em Enfermagem”.

A partir dos debates realizados no 4º SITEn, este documento foi construído e tem como objetivo apresentar linhas de ação que fomentem e fortaleçam a luta das trabalhadoras e trabalhadores em defesa da sua dignidade, de direitos e pela execução de um trabalho que, além de assegurar condições dignas de vida, nos conduza para a emancipação.

Os itens subsequentes foram construídos com base nas discussões em palestras, mesas redondas e grupos de discussão desenvolvidas durante o evento.

Repercussão da precarização no trabalho em enfermagem

No contexto do modo de produção capitalista, onde o maior interesse é a reprodução econômica, os trabalhadores da saúde têm sofrido com a intensa precarização e impelidos ao dilema permanente de atenderem a população da melhor forma possível e sobreviverem a um sistema que expolia a sua força de trabalho e os aliena.

Uma das formas de expressão da precarização no trabalho em saúde que mais afeta aos usuários é a falta de condições dignas de trabalho. As demandas e necessidades dos usuários não podem ser atendidas plenamente dado a razões políticas e econômicas no campo da saúde, ao modelo de organização do trabalho taylorista-fordista-toyotista adotado nas organizações de saúde públicas e privadas. Isto gera sobrecarga de trabalho, além da sensação de impotência, frustração e violência no trabalho, elementos presentes no cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde.

O financiamento insuficiente do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como a má gestão da coisa pública, a não implementação de políticas de saúde, aliados a inexistência de plano de carreira e vencimentos para o SUS são fatores macroestruturais que acentuam os efeitos da precarização no trabalho em enfermagem e em saúde.

São evidentes as lacunas na realização de concurso público para provimento de cargos da área de saúde e, ao mesmo tempo, o avanço na adoção de outras formas de vinculação do trabalhador, como a terceirização da gestão de organizações, de serviços e da força de trabalho.

No trabalho em enfermagem, são comuns a existência de vínculos precários, temporários, terceirizados, além do uso de estagiárias e estagiários e residentes de curso de pós-graduação como força de trabalho. Outro dado alarmante é o sub dimensionamento de trabalhadoras e trabalhadores nas organizações com a finalidade de controle e redução dos custos.

O tipo de vínculo também impacta no processo de trabalho e relaciona-se com a intensificação do trabalho: trabalhadores e trabalhadoras instáveis tendem a trabalhar mais horas com salários mais baixos e a serem submetidos a horas extras não remuneradas. O tipo de vínculo é, ainda, determinante das relações de poder no trabalho: vínculos precários reduzem a possibilidade de se pleitear promoções e transferências, reduzem ou eliminam a autonomia do trabalhador e a manifestação dos conflitos em decorrência da alienação das trabalhadoras e pelo medo e insegurança em denunciar os patrões. Enfim, é um cenário que se apresenta cotidianamente na ausência de ações coletivas que se contraponham a situação, mesmo diante da violação dos direitos trabalhistas.

Humilhação, abuso de poder, preterimento na escala de trabalho, ofensas verbais, desconfiança sobre as ações desenvolvidas, suposta incapacidade para desenvolver determinadas tarefas geram insatisfação no trabalho e impedem ou limitam a ação política das trabalhadoras. O assédio moral e a violência sofridos pela trabalhadora ou trabalhador em enfermagem é reproduzido sobre outros trabalhadores e sobre usuários.

Trabalhadoras e trabalhadores em enfermagem com vínculos precários tendem a acumular múltiplos vínculos, seja pelo medo do desemprego, seja para aumentar a sua renda. Além do desgaste do corpo, essas trabalhadoras e trabalhadores abdicam de grande parte do seu tempo

pessoal, dificultando também o acesso à qualificação, ao lazer e a participação em espaços de ação política.

A instabilidade no trabalho estimula a competição e perpetua os obstáculos para a organização política das trabalhadoras e trabalhadores, visto que estes têm interesses e poder de negociação diferentes dentro das organizações de saúde. Adiciona-se o fato de que convivem nas organizações de saúde pessoas que exercem o mesmo trabalho ganhando salários diferentes e com jornadas de trabalho também diferentes, o que acrescenta a tensão na relação entre essas trabalhadoras.

O desemprego tem atingido principalmente as recém-egressas e recém-egressos dos cursos de enfermagem, já que o mercado de trabalho demanda experiências e qualificações curriculares que estes ainda não possuem e, ademais, muitos dos vínculos públicos, especialmente em cidades do interior dos estados, ainda são ocupados mediante indicação política partidária. Também a expansão de cursos de enfermagem, sobretudo em instituições de natureza privada, tem sido um fenômeno, ao lado de outros de natureza econômica, responsável por um excedente de mão de obra no mercado de trabalho que garante uma força de trabalho sempre disponível e reduz o poder de negociação e pressão da trabalhadora e do trabalhador por condições dignas de trabalho.

Como consequência do desemprego, a concorrência entre as trabalhadoras gera a busca autofinanciada por mais qualificação curricular. Muitas organizações privadas da área da educação agem nesse nicho de mercado oferecendo cursos com qualidade questionável. Há, também, um alto índice de enfermeiras e enfermeiros recém-formados sem experiência prática e política que é responsável pela educação de novos estudantes dos cursos de formação técnica e da graduação. Cria-se, portanto, um exército de reserva de desempregados facilmente cooptável pelos mecanismos da precarização do trabalho.

Ainda que para as trabalhadoras e trabalhadores mais experientes seja mais fácil a inserção ou manutenção em postos de trabalho, esses já têm se tornado vulneráveis a outros fatores da precarização, como, por exemplo, as mudanças contratuais, no caso de demissão e recontração em novas modalidades de contrato, e com o agravante de oferta de salários inferiores. Assim, observa-se que a permanência no emprego não está assegurada nem mesmo para as trabalhadoras mais experientes.

Paradoxalmente, a sobrecarga de trabalho é considerada um dos maiores problemas, pois compromete a qualidade das atividades e ações executadas e é consequência do modelo de organização do processo de trabalho e do quantitativo insuficiente de trabalhadoras e trabalhadores para atender às demandas dos serviços. Além disso, o remanejamento e alocação das trabalhadoras e trabalhadores para setores e atividades para as quais não são ou não foram adequadamente preparados, aliados ao estresse, à desmotivação e a outros fatores como carga horária elevada, escassez de pessoal, má comunicação entre os membros da equipe de saúde e falta de atenção podem conduzir aos erros assistenciais. Esses erros são, geralmente, omitidos por insegurança e por medo de punição, sendo notificados, em geral, apenas os erros que produzem danos para o usuário.

Quanto ao salário, é revelada uma grande insatisfação por parte de trabalhadoras e trabalhadores em enfermagem já que, além de avaliado como baixo, os reajustes salariais são sempre abaixo da inflação, com perda progressiva do poder aquisitivo tanto no setor público quanto no setor privado.

Dado que o trabalho em enfermagem é exercido sob condições adversas e em jornadas de trabalho não regulamentadas por Lei, o aumento da jornada é muitas vezes uma decisão da própria trabalhadora ou trabalhador como uma forma de ampliar sua renda. Tendo em vista, portanto, a multiplicidade de vínculos, vai se dando uma espécie de naturalização, por parte da trabalhadora e trabalhador, do trabalho em regime de plantão de 24 horas que, por sinal, tem impacto negativo sobre a sua saúde e sobre a qualidade dos serviços prestados. Dentre as consequências, destaca-se o elevado índice de transtornos mentais entre enfermeiras e distúrbios osteomusculares entre auxiliares e técnicas em enfermagem.

Adiciona-se às horas de trabalho para as mulheres, o tempo de trabalho no âmbito doméstico por conta da desigualdade histórica na relação de gênero ainda dominante no contexto brasileiro.

A todas essas condições adversas no cotidiano do trabalho em enfermagem, adiciona-se o sofrimento revelado pelas trabalhadoras e trabalhadores que se deve à observação cotidiana e à impotência frente às condições precárias a que os usuários, majoritariamente, são submetidos.

Portanto, diante de todas as reflexões e debates que se deram no 4º SITEn, ao considerarmos/constatarmos que a precarização atinge o campo de trabalho em geral com impactos sobre o direito ao trabalho e produzindo insegurança social, urge construirmos e fortalecermos a luta coletiva entre todos os trabalhadores no Brasil e conjuntamente com trabalhadores de outros países.

A seguir, as ações propostas pelas e pelos participantes do 4º SITEn para as organizações políticas do campo da enfermagem brasileira.

Linhas de ação para lutar contra a precarização

Linha 1. Participação na luta política geral dos trabalhadores e trabalhadoras

Ações:

- Construir agenda política comum com outras organizações de trabalhadoras e trabalhadores.
- Organizar representação sindical por local de trabalho.
- Participar de manifestações públicas (documentos, atividades, atos públicos, manifestações virtuais) contra qualquer ataque que restrinja ou retire direitos das trabalhadoras e trabalhadores.
- Divulgar regularmente na página (sítio eletrônico) das organizações e entidades do campo da enfermagem notícias de lutas e ações promovidas por outras categorias de trabalhadoras e trabalhadores.
- Ter representação em fóruns políticos de trabalhadores e trabalhadoras.
- Participar em fóruns sobre saúde do trabalhador e da trabalhadora.
- Subsidiar politicamente a representação de trabalhadores e trabalhadoras nos espaços instituídos de controle social.

- Fomentar atos de solidariedade à luta de toda e qualquer trabalhadora e trabalhador.
- Articular, sempre que possível, greves gerais com outras categoriais.
- Fomentar parceria entre sindicatos e Ministério Público do Trabalho para investigação das situações de precarização do trabalho.

Linha 2. Articulação entre entidades no campo da enfermagem e do campo da saúde com demais entidades de trabalhadores

Ações:

- Construir agenda política comum com outras organizações de trabalhadoras e trabalhadores da saúde.
- Participar regularmente de fóruns local e nacional de trabalhadores e trabalhadoras da saúde.
- Desenvolver iniciativas para ampliar o quadro de sindicalizadas e sindicalizados e associadas e associados.
- Articular, sempre que possível, greves gerais com as três categorias da enfermagem de serviços de saúde diversos.
- Fomentar a organização, em conjunto, de grupos de trabalho permanentes.

Linha 3. Educação política das trabalhadoras e trabalhadores do campo da enfermagem

Ações:

- Articular parcerias entre sindicatos, associações, universidades, conselhos regionais para promover sistematicamente espaços cujo conteúdo seja direcionado para a educação política das trabalhadoras e trabalhadores.
- Produzir material educativo para as trabalhadoras e trabalhadores.
- Desenvolver permanentemente durante a Semana Brasileira de Enfermagem ações de educação política.
- Promover cursos de qualificação política direcionado para as trabalhadoras e trabalhadores do campo da enfermagem.
- Introduzir em todos os debates, eventos, encontros promovidos por organizações do campo da enfermagem a politização das reflexões e análise do contexto político nacional.
- Introduzir em todos os eventos promovidos por associações ou sindicatos espaço para debater, avaliar e renovar as estratégias e ações para o enfrentamento da precarização do trabalho em saúde e em enfermagem.
- Investir em ações políticas nos serviços de saúde.

- Ampliar a rede virtual de contato com as trabalhadoras e os trabalhadores para divulgar ações, cursos de formação políticas, etc.
- Incentivar a realização de denúncias trabalhistas pelas trabalhadoras e trabalhadores da enfermagem.
- Divulgar em páginas virtuais as organizações empregadoras que mais desrespeitam os direitos trabalhistas na área da saúde.

Linha 4. Alianças com usuários do SUS

Ações:

- Divulgar o trabalho em enfermagem entre os usuários dos serviços de saúde, com foco nos usuários do SUS.
- Apoiar estudos e pesquisas que demonstrem o impacto do trabalho em enfermagem na saúde da população.
- Realizar em associações de usuários de saúde debates sobre a precarização do trabalho em enfermagem e como isto afeta a assistência prestada aos usuários.

Linha 5. Fortalecimento do vínculo entre os campos da educação e do trabalho

Ações:

- Fomentar conjuntamente com entidades e universidades a educação permanente das trabalhadoras e trabalhadores do campo da enfermagem.
- Pautar no Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem discussões e formas de articulação entre a educação e o trabalho.
- Inserir no conteúdo de cursos de formação (graduação, especialização, residência, mestrado e doutorado) componentes sobre políticas de saúde e sobre trabalho em enfermagem.
- Apoiar o fomento de pesquisas no campo do trabalho em enfermagem.

Salvador, 25 de abril de 2015.

Participantes do Seminário Internacional sobre o Trabalho em Enfermagem